

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE MEDICINA

VITOR NUNES MOLINOS

**COMPETÊNCIA MÉDICA: A FORMAÇÃO TÉCNICA E ÉTICA DO
ESTUDANTE DE MEDICINA, que se refere ao capítulo 6 do livro “ MEDICINA:
ATENÇÃO ÀS RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DE UM DISCURSO
CIENTÍFICO 3 ”**

MACEIÓ
2023

VITOR NUNES MOLINOS

**COMPETÊNCIA MÉDICA: A FORMAÇÃO TÉCNICA E ÉTICA DO
ESTUDANTE DE MEDICINA, que se refere ao capítulo 6 do livro “ MEDICINA:
ATENÇÃO ÀS RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DE UM DISCURSO
CIENTÍFICO 3**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a coordenação do curso de
Medicina da Universidade Federal de
Alagoas

Orientador: Cassia Regina Rodrigues Nunes

MACEIÓ
2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE MEDICINA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o discente Vitor Nunes Molinos (matrícula número: 16211367), cumpriu todas as exigências para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme “Normas para Produção do TCC”, aprovadas pelo colegiado do curso em 24 de julho de 2019. O TCC realizado pelo discente acima, concluído em 03/02/2022, intitula-se: Competência Médica: A Formação Técnica E Ética Do Estudante De Medicina, que faz parte do livro: _Medicina: Atenção Às Rupturas E Permanências De Um Discurso Científico 3.

Maceió, 07 de março de 2023.

Prof. Dr. Reginaldo José Petroli
Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso
Faculdade de Medicina - FAMEnD/UFAL.
SIAPE: 1108003



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE MEDICINA**

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)



MEDICINA:

Atenção às rupturas e permanências
de um discurso científico 3

Medicina: atenção às rupturas e permanências de um discurso científico 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Benedito Rodrigues da Silva Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M489 Medicina: atenção às rupturas e permanências de um discurso científico 3 / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0614-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.143220710>

1. Medicina. 2. Saúde. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da (Organizador). II. Título.

CDD 610

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

COMPETÊNCIA MÉDICA: A FORMAÇÃO TÉCNICA E ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA

Data de aceite: 03/10/2022

Vitor Nunes Molinos

Cássia Regina Rodrigues Nunes

RESUMO: Este estudo aborda a importância da educação integral para o desenvolvimento das competências necessárias à prática médica. Um direcionamento teórico associado à prática e uma instituição bem organizada com regras e decisões coerentes trarão benefícios tanto à professores, quanto à formação dos estudantes, no que respeita às escolhas e efetivação da ação, principalmente porque estarão atuando dentro de pouco tempo e por longo tempo. Consideramos que a instituição formadora tem papel fundamental na formação técnica e humana dos estudantes, posto que o ambiente escolar deva ser intencionalmente favorável ao desenvolvimento integral das pessoas, pois, na carência desse tipo de propósito cada vez mais se perderá a qualidade da formação dos estudantes por não se utilizarem, nessa fase vital de amadurecimento, as oportunidades de prática, de reflexão sobre ideias e posturas que, efetivamente, os conduzirão a atuar com competência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Médica. Ética.

ABSTRACT: This study addresses comprehensive education for the development of evidence from medical practice. A theoretical teaching associated with practice and a well-organized institution with coherent rules and

decisions for the training of teachers as well as the training of teachers, does not mainly concern the choices and the action of action, because it will probably act within a short time and for a long time. . We consider that a training institution has a fundamental role in the technical and human training of students, since the school environment must be intentionally harmful to the integral development of people, since, in the need for this type of purpose, the quality of training of students will increasingly become. students for not using, at this stage of maturation, opportunities for practice, reflection and positions on ideas, which are shown to be a vital action of competence.

KEYWORDS: Medical Education. Ethics.

INTRODUÇÃO

No contexto social, a educação cumpre o propósito de transmitir conhecimentos e de desenvolver as potencialidades do homem, ocupando o espaço não apenas quanto seu domínio sobre o mundo material, senão também a respeito de desenvolver a capacidade racional tomada no seu sentido ético de orientar a relação do homem com o mundo, das várias circunstâncias, não apenas instrumental, mas de desenvolvimento ético, qualificando-o à autonomia e à evolução em sua busca de uma vida melhor, que não pode ser alcançada senão pela condução de uma prática reflexiva e na efetivação da melhor escolha.

Trata-se assim de repensar, como centro dos processos educativos, a formação

do ser humano no âmbito da educação técnico-profissional, não sob o domínio exclusivo do mercado, mas de formação humana efetivamente democrática e solidária. Para tanto, passe-se a exigir do sujeito mais do que conhecimentos e técnicas, mobilizando também aspectos de sua própria subjetividade, alcançando e desenvolvendo-lhe integralmente as competências, o que inclui habilidades cognitivas, afetivas sociopolíticas, psicomotoras, interpessoais e morais em que se ancorar. Além dos saberes, faz-se imprescindível ao homem saber conviver e refletir acerca das razões e consequências de suas ações para decidir correta e sabiamente. No propósito da educação de formar integralmente a pessoa, cabe à escola prover o indivíduo do necessário conhecimento teórico e prático, integrando conhecimentos técnicos e humanos.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Para entender a modernidade e, conseqüentemente, nosso fazer contemporâneo, deve-se buscar compreender a história da educação. Desde a antiguidade, na pedagogia da educação ocidental, estão inscritos modelos de família, Estado e escola, que se amalgamam, resultando daí um riquíssimo tecido da educação, que, mesmo sistematizada em teorias diversas, não abandonou o ideário de formação humana, que engloba cultura e universalização da individualidade (CAMBI, 1999).

A educação destinada ao desenvolvimento integral do homem, considerando todas as suas potencialidades, tem sempre como referência a Antiga Grécia, berço da Filosofia que influenciou a cultura europeia ocidental, sem que se negligencie, contudo, o pensamento e o conhecimento oriental que vêm de longa data. Na Grécia, inaugura-se um novo modo de pensar distinto daquele pertinente à era mítica, e de onde decorreu a racionalidade crítica. Os filósofos gregos empreenderam indagações e desenvolveram raciocínios matemáticos acerca da natureza, estabelecendo as bases para se constituírem posteriormente a Ciência, a Política, a Ética, a Técnica e a Arte (CHAUÍ, 2011).

A paidéia evidencia a verdadeira noção de formação integral do homem grego. A educação dos jovens nobres se propunha a atingir a perfeição do corpo e do espírito. “A paidéia era a educação como formação cultural completa e sua finalidade era a realização, em cada um, da areté, a excelência das qualidades físicas e psíquicas para o perfeito cumprimento dos valores da sociedade” (CHAUÍ, 2002, p. 156). Em Atenas, julgava-se que a polis, além dos guerreiros, necessitava igualmente de bons cidadãos, o que incluía ao respeito às leis e a participação nas atividades políticas.

A história da pedagogia tal como é concebida na sociedade moderna, posto que perpassasse as influências teocêntricas da Idade Média – época em que tudo se concentrava em torno do cristianismo –, evidencia que sempre houve a preocupação de formar técnicos e cidadãos. Nasceu como história ideologicamente orientada, com ênfase na teoria e de certo modo distanciada da realidade social. Nas diversas sociedades, a

educação real poderia estar disposta remotamente das contribuições científicas, sobretudo as das ciências humanas, manifestando, dessa forma, o distanciamento das teorias pertinentes a práticas educativas.

A modernidade marcou-se de muitas mudanças em vários âmbitos: geográfico, econômico, político, social, ideológico, cultural, inclusive pedagógico, o que depositou na ciência e na razão toda a confiança, provocando transformações do ponto de vista cultural-ideológico, de laicização e de racionalização. Decorreu daí uma revolução na educação.

Segundo Cambi (1999), nos primeiros anos do que se denominou modernidade, os fins da educação destinavam-se ao homem livre e ativo na sociedade. Simultaneamente à pedagogia da ciência nasce uma pedagogia social, com a função de formar o homem-cidadão. A pedagogia e a educação se delineiam como saber e como práxis, para responder a esse novo homem e às relações e sistemas que daí decorreram. O homem passa, então, a ser estudado analítica e experimentalmente nas suas capacidades de aprender e nas formas de crescimento físico, moral e social.

A modernidade imprimiu nova direção à História. Deixando-se guiar pela ideia de liberdade, o homem rompeu os modelos de sociedades para instituir novos modelos, cujo eixo se deslocou do indivíduo e avançou nas relações capitalistas, reforçando a centralidade no trabalho e no controle social, entretanto, sob constante ação das elites dirigentes. As instituições educativas eram dirigidas pelo Estado, cujo propósito era formar os jovens – os adultos da geração seguinte –, objetivando um modelo de eficiência e produtividade, além de neles moldar a docilidade político-ideológica. De fato, a expansão vertiginosa da indústria estava a exigir um novo tipo de trabalhador, já não bastando que fosse ele altruísta, benevolente, embora essas virtudes continuassem sendo necessárias. Desde bem cedo, ainda na infância, tornou-se imperioso “modelar” esse tipo de indivíduo de acordo com a necessidade da nova ordem capitalista e industrial, atendendo às novas relações de produção e aos novos processos de trabalho.

Por conseguinte, as escolas passaram a assumir a responsabilidade não apenas de socialização e informação senão também de transmissão do “saber fazer” – o conhecimento técnico, visando formar trabalhadores. Emergiram as profissões modernas, divididas entre trabalho manual e intelectual e hierarquizadas socialmente de acordo com as classes a que se destinavam.

Em decorrência dessa nova ordem social, os processos educativos determinados pelo desenvolvimento tecnológico e científico marcaram-se de tendências paradoxais: conformação e liberação; emancipação e controle; produtividade e livre formação humana, entre outras. E dessa conjuntura, partiu o trabalho da Pedagogia e a Educação contemporânea.

Cambi (1999) declara que o século XX caracterizou-se pela afirmação do capitalismo, pela ascensão e declínio do comunismo e, por muito tempo, do confronto entre a democracia e o totalitarismo. Em meio a sociedades díspares, umas avançando

econômica e socialmente e outras em profunda crise de identidade, a escola constituiu-se um dos canais de conformação compulsória e artificial, tornando-se centro de reprodução de ideologias. Em relação ao comportamento, o homem fixou-se no presente, tornou-se hedonista e homem-massa, guiado pela opinião da maioria, pelo consumo, pela acumulação de bens, experiências e relações:

Antes de tudo, exacerbou-se o individualismo. Depois, cresceu o hedonismo. Por fim, dilatou-se a influência da massa. O sujeito faz cada vez mais referência a si próprio e às suas necessidades/interesse, segue a ética do prazer e da afirmação de si, envolvendo-se em comportamentos cada vez mais narcisistas. [...] Toda a ética perde as conotações de responsabilidade e de uniformidade a uma lei, para assumir cada vez mais características narcisistas e subjetivas. [...] assume um estilo de vida cada vez mais padronizado. (CAMBI, 1999, p. 510-11).

Em meio a essas mudanças radicais, a educação sofreu as consequências da massificação da vida social, do estado de conformismo passivo ante o domínio do capitalismo. Instala-se a tendência gregária entre os homens que sentem prazer na companhia de outrem, mas destituídos da consciência de uma organização bem definida, perdem o sentido da vida, da razão de existirem, se conformam às circunstâncias. Homens solitários na multidão compuseram uma espécie de sociedade igualmente vazia de significado, que, por sua vez, enfraqueceu a própria cultura – marginalizada em relação às novas entidades ideológicas e tecnológicas. O novo processo de socialização incluiu o mundo do trabalho, e as fábricas abrem-se recrutando novos protagonistas – a mulher e a criança. Ante esse processo, constata-se que “A prática educativa voltou-se para um sujeito humano novo.” (CAMBI, 1999, p. 512).

À escola, confiou-se a formação humana, agora composta de elementos teórico-científicos e sociológicos para atender a novas políticas educativas e metodológicas. Ideias, valores intencionais, conhecimentos, técnicas articulam-se para provocar os efeitos esperados que se conformassem àquele tipo de sociedade. Em alguns momentos alternava-se a ênfase num ou noutro desses aspectos.

Mudanças científico-tecnológicas e suas consequências de ordem ideológica com respeito a valores e costumes refletiram-se na educação familiar e escolar. Concorde-se com Aranha (1996, p. 19) quando assevera que, ao se estudar a educação, deve-se fazê-lo considerando o seu contexto histórico geral, não apenas traçando um paralelo entre fatos da educação e os da sociedade, respectivamente : “[...] as questões da educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir a sua existência. Nesse sentido a educação não é um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos da ideologia, por estar de fato envolvida na política.”

Corroborando essa ideia, Saviani (1996) declara que a educação é um ato político, e que não está divorciada das características da sociedade, servindo a interesses antagônicos numa sociedade dividida em classes. A educação visa à promoção do homem,

o que significa torná-lo cada vez mais capaz de conhecer, intervir e transformar a sua realidade, no sentido de ampliar a liberdade, a comunicação e a colaboração entre os homens. Situado no meio natural e cultural, o homem possui capacidades e as utiliza para transformar a natureza e também poder exercê-las com, entre ou sobre outros homens. Na medida em que o homem existe socialmente, esse aspecto relacional com outros homens pode ser marcado de dominância, ou exercido na relação horizontal entre eles, de tal forma que há reconhecimento igualitário do outro, estabelecendo o regime de cooperação ou colaboração. Ademais, há ainda a considerar que a educação satisfaça uma necessidade de natureza prática. Trata-se da assim denominada educação para a subsistência, ou, conforme Saviani a designa, educação para o desenvolvimento – terminologia mais adequada se pertinente ao homem brasileiro.

Por algum tempo, o propósito do ensino era profissionalizar os trabalhadores, uma vez que o ritmo de urbanização se exacerbava, visando a uma política neoliberal. Com efeito, isso coincide com o objetivo da LDB 5692/71 – dar cabo das novas exigências de um país que necessitava de mão de obra qualificada. De qualquer forma, procede o consenso de que a qualificação para a produção “[...] propiciou a desqualificação do ensino, oferecendo ensino profissionalizante aos pobres e intelectual aos ricos.” (CABREIRA, 2001, p. 77).

Na década de 80, houve uma abertura política que favoreceu a possibilidade de refletir a respeito de novos modelos educacionais “que pensassem a educação enquanto processo e pressuposto do exercício da cidadania.” (CABREIRA, 2001, p.23).

A abertura política instalada pela democracia permitiu reformas no plano educacional, ratificadas na elaboração da Constituição Federal de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Assegurou-se, desse modo, a responsabilidade conjunta dos governos federal, estaduais e municipais de se estabelecerem diretrizes com que nortear os currículos e conteúdos mínimos na formação básica, propostas pelo Ministério da Educação e deliberada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A primeira versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ficou pronta em 1996, dada a conhecer um ano depois, sem, contudo, revestir-se de caráter obrigatório.

O Parecer nº 4/98 da CEB e a Resolução nº 2 de 1998 propõem sete diretrizes como referência para a organização do currículo escolar. Importa ressaltar que o documento estabelece que as ações pedagógicas devam fundamentar-se em princípios éticos, políticos e estéticos, além de se identificarem alguns princípios complementares, como autonomia, responsabilidade e solidariedade, relacionados à cidadania e à vida democrática.

Um dos aspectos mais inovadores do documento refere-se à “vida cidadã” e evocam os temas transversais propostos pelos PCNs, sem que se faça, no entanto, qualquer referência explícita a eles. “Nesta diretriz, fica evidente a lógica da mútua omissão que tomou conta dos atores políticos do CNE.” (BONAMINO; MARTÍNEZ, 2002, p. 375).

Nas orientações emanadas dos órgãos responsáveis pela qualidade do ensino no país, há preocupação com a formação integral do ser humano, desde o ensino fundamental

até à graduação. Evidencia-se o interesse pelo desenvolvimento do homem e por seus direitos de informar-se e formar-se, para, como cidadão, participar ativamente na sociedade.

Logo em sua introdução, os atuais Parâmetros Curriculares Nacionais, datado de 1997, destinados ao Ensino Fundamental definem que um de seus objetivos constitui-se em possibilitar às crianças o domínio ativo de conhecimentos necessários com que possam empreender a conquista de sua cidadania, a ponto de se tornarem cientes de seu ser e estar na sociedade.

Para isso, dentre outras reflexões a respeito do processo ensino-aprendizagem de competências gerais a serem objetivadas no encontro do PENSAR E FAZER próprios do trabalho escolar, o referido documento propõe questões de natureza ética relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à interação solidária entre os homens. Com efeito, é absolutamente isso que, no âmbito da Ética, se espera do homem – ser racional e capaz de se desenvolver, evoluir como Pessoa, decidindo, agindo e interagindo de modo sensato e satisfatório. Nesse sentido, é incontestável a importância atribuída à formação humana por quem a dirige, orienta, efetiva.

O propósito da Secretaria de Educação e do Desporto, ao consolidar os Parâmetros Curriculares, constitui-se em apontar metas de qualidade que contribuam para o aluno interagir no mundo atual como “cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.” (BRASIL, 1997, p. 4).

O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO PROFISSIONAL

Na universidade, especificamente no curso de Medicina, houve transformações nos direcionamentos visando à formação desses profissionais. Tem-se enfatizado a formação voltada para à prática em se tratando de saúde, de forma a abranger as necessidades tanto das pessoas quanto da população. Isso implica compreender melhor o modo de ser e de viver das pessoas à luz de uma perspectiva mais totalitária, que aborde integralmente às ações de saúde, ou seja, considerando as dimensões psíquica, social e biológica na vida da pessoa.

Tal proposta educativa se distancia e, até certo ponto, se opõe àquela de Flexner, que resultou numa prática que toma por parâmetro queixas e sintomas isolados numa dimensão biológica exclusiva, mas que seja resultado de entendimento humanizado e de sua consequente ação no sentido de promover a qualidade de vida e de saúde para pessoas em geral.

Conforme a define a Organização Mundial de Saúde (OMS), e é hoje entendida pelos profissionais da área, saúde não significa apenas a ausência de doença, mas um estado para o qual convergem e contribuem diversos fatores favoráveis à vida digna do ser humano: família, moradia, trabalho, lazer, educação e cultura, transporte, infraestrutura, ambiente, segurança etc. A saúde é, portanto bastante complexa.

Para que se satisfaçam todos esses aspectos compreendidos na nova concepção de saúde, faz-se imprescindível que se melhore a relação profissional-paciente, uma vez que esta tem se revelado demasiadamente mecanicista e instrumental. Urge resgatar a humanidade dessa relação, para que se revele as necessidades, de tal forma que os profissionais possam atuar segundo o ideal de tratar, curar e também promover a saúde. Não se pode perder de vista a busca de uma forma de beneficiar as pessoas experienciando uma situação de vulnerabilidade.

Se, de um lado, a melhoria na assistência à saúde das pessoas depende de condições mais amplamente palpáveis, como o acesso a serviços, o ambiente físico mais adequado ao atendimento, às tecnologias existentes de diagnóstico e tratamento, de outro lado, carecem de mudanças na relação que o profissional estabelece com o paciente, o que se evidencia nos PCNs atuais e deve ser concretizado na formação dos profissionais de saúde.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais vigentes relativos aos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição, aprovados em 2001, ancoraram-se em vários documentos, entre os quais a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde nº 8.080 de 19/9/1990, assim como os quatro pilares para a Educação no século XXI, conforme se observa a seguir. Consideram-se a garantia aos direitos do cidadão em relação à saúde, o modo como o profissional deva ser preparado para atender às demandas, levando em conta o modo de vida da população, sua história, as necessidades individuais e coletivas.

Editado em 1998 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o relatório Delors foi elaborado pela Comissão Internacional para Educação no Século XXI. Recomenda para o cumprimento das missões da Educação no século XXI, uma combinação flexível de quatro aprendizagens fundamentais, que se fizeram conhecer como os quatro pilares da Educação: aprender a SABER (conhecer); aprender a FAZER (práxis); aprender a CONVIVER e aprender a SER. Esse último patamar apresenta-se como via essencial que, além de integrar os pilares anteriores, apenas o atinge e culmina aquele que cumpriu o percurso da aprendizagem nos outros três com competência e excelência no desempenho de sua função. O relatório dedica especial atenção ao desenvolvimento, no fazer humano, da imprescindível complacência no trato com o semelhante, compreendendo-o para dirimir-lhe conflitos e reconhecer a interdependência entre os seres humanos (DELORS, 2010).

Os Parâmetros Curriculares assumem a perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes. Orientam no sentido de que os currículos não se perpetuem imobilizados, inoperantes e radicalizados como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos. Ao contrário, articulam-se flexivelmente, para que o graduado esteja preparado “para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.” (BRASIL,

1997, p. 1).

Aponta-se para a formação do profissional Médico, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Portanto, o texto dos Parâmetros curriculares, no que concerne à classificação das profissões da área da saúde, corrobora que, de fato, ao par da necessidade de integrar conhecimentos para a formação de um profissional, para que ele exercite sua função com competência técnica, absolutamente há que se considerar a sua formação humanista, capacitando-o a compreender os problemas e necessidades do paciente e a tomar decisões acertadas em seu benefício.

As Diretrizes Curriculares Nacionais manifestam-se a respeito da formação integral da pessoa, quando consideram o preparo do indivíduo para o exercício da cidadania e a valorização da conduta pautada em princípios éticos, de forma que passou a constituir uma questão de interesse público (CARVALHO, 2002). Para que a formação vá além do desenvolvimento de habilidades práticas e o do ensino de conhecimentos científicos, faz-se necessário que conhecimentos e habilidades sejam bem utilizados.

Venturelli (1997) declara que a educação que se dá na escola deve ser também extramural, no sentido de se atingir o que se pretende em termos de autonomia da pessoa e que a formação do estudante deve colocá-lo como um sujeito ativo da aprendizagem. Ademais, prevê que os estudantes dos fins do século XX estariam exercendo a profissão até o ano de 2040; por isso, o sistema educacional deve assegurar-lhes destreza, estimular atitudes, provê-los de um pensamento crítico.

Esta década bien puede ser llamada una década en la que los valores mercenarios intentan determinarlo todo: privatizar y transformarlo todo en actividades donde el lucro pase a ser lo central. Y eso se refleja en educación, salud, programas sociales, etc. ...Vivimos un ciclo donde se desarrolla una creciente falta de respeto hacia el ser humano. En este contexto, se hace doblemente importante la necesidad de mirar a la salud y al proceso de formación profesional que debe enfrentar ese desafío. Lo queramos o no, la duración de este tipo de períodos en la historia tiene directa relación con la actitud que todos nosotros tengamos. Las profesiones de la salud son unas de las más directamente tocadas y el desafío mencionado es para ellas aun más apremiante. (VENTURELLI, 1997, p.3).

La vida entera es un constante proceso de aprendizaje y, por ello, también una contribución al progreso y a las modificaciones de una realidad que las requiere. De eso modo, no podemos pretender que el período intramural universitario permitirá entregar "toda la información" existente. (VENTURELLI, 1997, p. 32).

Ceccim e Feuerwerker (2004) têm feito reflexões a respeito da necessidade de

retomada de formação humanística na área da saúde, para que o projeto iniciado na Reforma Sanitária na década de 70 possa se efetivar na prática. Com efeito, sem formação integral dos profissionais, o propósito de melhorar a assistência à população tende ao fracasso. Os autores discorrem acerca de um projeto educativo que extrapola a educação e propõe a revisão e formulação de uma política pública para educação de profissionais, que contribuam para a saúde da população.

Os autores reforçam a importância de avançar nas propostas do movimento da Reforma Sanitária, bem como na concretização do Sistema Único de Saúde (SUS). Por sua vez, esse sistema deve cumprir um papel indutor no sentido de mudança, inclusive na formação profissional, propondo uma articulação intencional entre as várias esferas de gestão do sistema de saúde e as instituições formadoras. Isso seria uma ação estratégica no sentido de provocar uma transformação na organização dos serviços e na formação de profissionais.

Quanto ao setor de ensino, os autores afirmam que é necessária e urgente uma reforma que expresse o atendimento aos interesses públicos, referindo-se a uma formação acadêmico-científica, ética e humanística para o desenvolvimento técnico-profissional que preencha as expectativas.

O Ministério da Educação e da Saúde tem dispensado esforços por desenvolver a competência do profissional e o fortalecimento do processo de formação, traduzidos em algumas iniciativas: programas de interiorização do trabalho em Saúde (Pits); Incentivo às Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (Promed); Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e capacitação de recursos humanos por meio do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde), dentre outros.

A elaboração teórica da educação está sempre articulada às ciências e ideologias (religiosas, políticas e culturais), uma intersecção do cognitivo voltado para o domínio do real e a descoberta de seus fundamentos, inclusive o dos comportamentos.

CAMBI (1999) declara que a História da Educação é um depósito de muitas histórias, dotadas de autonomia, mas dialeticamente interligadas e interagentes: das teorias e da história social, entendida como história do costume e de algumas figuras sociais, como história das culturas e das mentalidades. O autor propõe relações de simbiose entre o âmbito das teorias: representado pela Filosofia e a Pedagogia. Trata-se de uma colaboração entre os dois saberes, em que a função crítica e projetiva exercida pela Filosofia da Educação indica modelos e ideias. Urge que a intenção afirmada nos parâmetros educacionais e programas governamentais de incentivo à Educação, na área da Saúde se insiram e efetivem na escola, por meio de conteúdos, reflexão e discussões interdisciplinares em favor do desenvolvimento humano, consolidando-as na prática profissional e cotidiana.

Rego, Gomes e Batista (2006) falam da relação dos indivíduos com a escola, que esta experiência culmina em seu desenvolvimento moral, defendem o ensino da Bioética,

criada com o intento interdisciplinar, como tema transversal nos cursos de Medicina. Discutem a ineficiência verificada apenas nas mudanças pedagógicas, na forma de ensino. Advertem a que haja resultados mais razoáveis na formação moral e ética dos estudantes, o que demanda que todos os professores estejam imbuídos deste propósito. A própria instituição responsável pela graduação deve deixar claro seu compromisso com a formação moral, explicitando valores e incitando à participação democrática de todos no cotidiano acadêmico. Enfatizam aqueles autores e relatam estudos que abordam a importância do ambiente de ensino:

O ambiente democrático de uma escola onde os estudantes são respeitados e considerados como indivíduos e cidadãos proporciona melhores possibilidades de oferecer um tipo de experiência aos discentes que contribuirá decisivamente para o seu processo de desenvolvimento da competência moral. (REGO; GOMES; BATISTA, 2006, p. 488).

No âmbito dos valores, é expectativa desejável que a universidade se organize de forma a cumprir sua função de desenvolver consciência crítica ante às ideologias e posturas contraditórias existentes na sociedade, opondo a elas pesquisas, técnicas e procedimentos que se revertam em benefícios das pessoas. Essa meta não será alçada, senão pela formação de profissionais igualmente críticos, que não se deixem conduzir por modismos efêmeros e pela tecnicidade exacerbada.

Voltar-se para a associação do conhecimento técnico ao humano, para o reconhecimento dos limites do saber teórico-científico é atitude louvável a ser esperada da universidade. Nesse sentido, o estudante passa a não apenas aprender técnicas necessárias ao atendimento em saúde, senão também, conhecer seus limites e respeitá-los. Faz-se urgente que se questione posturas e condutas, modifique-as quando errôneas, humanize sua ação, destinando-se a compreender a dimensão psicossocial do paciente – ou de qualquer pessoa que busque orientação ou tratamento –, de modo que, de fato, ele possa ser ajudado com respeito.

Ademais, complacência e respeito são modos de agir dignos esperados do graduando ou do profissional que não se utiliza do saber como poder e domínio sobre as outras pessoas ou sobre seus pares. Ao contrário, sabendo reconhecer o quanto pode aprender com o outro, decidindo junto, no diálogo com a equipe, com colegas e com pacientes. Com efeito, aprende-se na relação interpessoal, de onde advém segurança e consciência para promover a tomada de decisão sensata, e melhorar, conseqüentemente o curso da ação e interação transformadora da realidade.

Absolutamente, não se pode prescindir dessa compreensão do mundo e de seu papel de agente na sociedade quando se pretende a boa formação do Profissional de Saúde, como constataram Ceccim e Feuerwerker (2004, p 51) : “é preciso haver mudanças nas relações, nos processos, nos atos em saúde e, principalmente, nas pessoas.”

Para Morin (2000), a educação deve promover a transformação da informação em

conhecimento, e esse, por sua vez, opere a transformação em sapiência, de modo que modifique o sujeito e o prepare para a vida, por meio de questionamento, problematização, interligando os conhecimentos.

Posto que muitos esforços se manifestem nos incentivos e subsídios do Estado, nas preocupações dos docentes e estudiosos da Educação e da Filosofia, há dificuldade em se solucionar problemas e impasses advindos de uma situação de crise permanece, visto que se trata de orientação e trabalho *de pessoas* e concepções diferentes *para pessoas*. Entende-se bem do que aqui se fala quando se dispõe a trabalhar em grupo, onde há esperada divergências, na composição heterogênea de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, embora seja meta desejável e necessária ao processo ensino-aprendizagem, a tentativa de um trabalho que integre os conhecimentos técnicos e humanos, da teoria e da prática, essa tarefa revela-se extremamente difícil e custosa, demandando, para quem decide adotar uma compreensão ampla da educação, muito empenho, paciência, perseverança e dedicação. Aí se encontram os desafios a serem transpostos quando se toma a Educação sob sua responsabilidade.

Por sua vez, é importante que a universidade cumpra o papel de mostrar contradições e posicionamentos para formar profissionais críticos. Para isso é necessário associar o conhecimento técnico ao humano, reconhecer os limites do saber teórico e científico. Urge que o estudante não apenas aprenda as técnicas necessárias para atendimento em saúde, mas reconheça seus limites, questione condutas, modifique posturas, humanize sua ação, como por exemplo, não utilizando o saber como poder, mas reconhecendo o quanto pode se aprender com o outro, melhorando a sua relação interpessoal, através do diálogo com equipe, colegas e o paciente. Assim sendo, na intersubjetividade e na reflexão de suas práticas, melhorar sua tomada de decisão e ação.

À escola, considerada como órgão formador, cabe favorecer àqueles que ensinam, e aos discentes em processo de formação a prática de regras, hábitos e decisões que lhes orientem a ação, e que seja da melhor forma possível: integralmente. Explorar todas as potencialidades do indivíduo, para que ele se torne competente para questionar valores da sociedade e saber decidir com equilíbrio racionalizado e sensatez. Da mesma maneira, por sua vez, assiste à sociedade, por meio de normas, orientar coletivamente os indivíduos, além de favorecer-lhes subsídios e informações, capacitando-os a debater, refletir e analisar criticamente os posicionamentos e buscar as melhores informações para tomada de decisão.

Toda relação educativa que se limita ao ensino acadêmico de transmissão do saber converte o educando à passividade, não se tornando ele responsável na tarefa comum de ir configurando sua própria história, privando-o da responsabilidade a que foi chamado

como pessoa. A escola tem a função de formar o indivíduo não apenas para realizar uma atividade, por meio de ensinamentos técnicos ou de habilidades específicas de um ofício, de tal forma que, dependendo do desempenho técnico desse ofício, poderá o indivíduo ser avaliado, de modo geral, em dois extremos: ser profissional competente ou não. A noção de competência extrapola os limites do mero exercício de uma atividade, senão também de uma forma mais abrangente de como é realizada com vistas a um fim. Essa competência exige uma formação completa, de modo que, inerente ao desempenho desse ofício o indivíduo toma decisões que devem ser acertadas, isso depende de sua capacidade de reunir informações e calcular a melhor escolha.

Urge que a escola adote a relação educativa que promova a capacidade de ponderar e realizar escolhas acertadas em resolver problemas, não apenas em seu próprio proveito ou reconhecimento, mas que os benefícios se revertam em satisfação pessoal, em realizá-la bem e em prol do paciente, família, equipe e responsavelmente, toda a sociedade. Afinal, espera-se da escola uma educação que faça o educando progredir em um sentido pessoal, no desenvolvimento de autonomia progressiva e responsável. Apenas nessas condições de consciência e responsabilidade comum surge, na escola, a atmosfera de confiança, de investigação, de comunicação, respeito e valorização do outro.

Até o momento da graduação, torna-se necessário que continuamente os estudantes sejam orientados e apresentados aos mais diversos problemas, de modo que neles desperte a vontade deliberada de agir bem. Há que prepará-los para as escolhas nas circunstâncias futuras, quando, efetivamente, poderão desempenhar sua função com competência, conforme o que a sociedade deles espera.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BONAMINO, A.; MARTÍNEZ, S. A. Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do estado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 368-385, set. 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES Nº 4, de 7 de novembro de 2001. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que as escolas devem fazer para participar do PROMED? Informe Saúde, v. 6, n. 158, abr. 2002. Disponível em: <<http://bvsms.gov.br/bvs/periódicos/informesaude/informe158.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

CABREIRA, M. A. B. *Os (des)caminhos da educação brasileira no final do século XX*: PCN de geografia em questão. 2001. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

CARVALHO, J. S. Podem a ética e a cidadania ser ensinadas? *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 3, p.157-168, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/39-artigos-carvalhojs.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1400-1410, set./out. 2004a.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 41- 65, 2004b

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CHAUÍ, M. Os sofistas e Sócrates: o humano como tema e problema. In: _____. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.1, cap. 3, p. 129-206.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DELORS, J.; AL-MUFTI, I.; AMAGI, I.; CARNEIRO, R.; CHUNG, F.; GEREMEK, B.; GORHAM, W.; KORNHAUSER, A.; MANLEY, M.; QUERO, M. P.; SAVANÉ, M. A.; SINGH, K.; STAVENHAGEN, R.; WON SUHR, M.; NANZHAO, Z. *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

FLEXNER, A. *Medical Education in the United States and Canada. A report to the Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching*. New York, n.4, 1910. Disponível em: http://www.carnegiefoundation.org/sites/default/files/elibrary/carnegie_flexner_report.pdf. Acesso em 20 jun. 2011.

MORIN, E. Aprender a viver. In: _____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. cap. 4, p. 47-54.

REGO, S.; GOMES, A. P.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Bioética e humanização como temas transversais na formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 482-491, out./dez. 2008.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

VENTURELLI, J. *Educación medica: nuevos enfoques, metas y métodos*. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 1997.